



WILSON CID

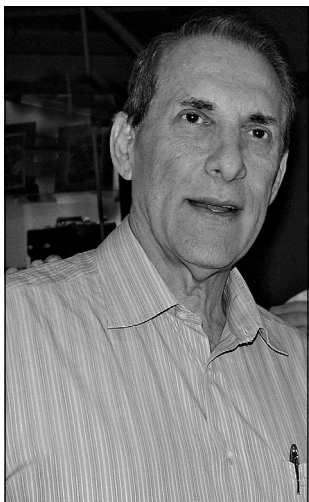
wilson.cid@jfhoje.com.br

• Em Belo Horizonte, quando se conversa com expressões do PMDB, o que se ouve é que o partido conta como certa a candidatura do ex-prefeito Tarcísio Delgado a deputado estadual.

• Entre parlamentares que estão trocando de partido, um temor crescente: a possibilidade de perderem o mandato. O DEM, principalmente, anuncia que vai pedir a devolução do mandato aos que por ele se elegeram e agora querem levantar voo.

• Agostinho Valente, que foi deputado federal pelo PT, está se filiando ao PDT, e é por esta legenda que pretende ser candidato a deputado estadual no próximo ano.

• Vendido o maior imóvel desocupado na Rio Branco, onde funcionou a Malharia Master, transação acima de R\$ 5 milhões. Com mais de 4.000 metros quadrados, saídas para as avenidas Rio Branco e Brasil, foi comprado pela Igreja Batista. Vai surgir mais um templo. As obras de adaptação já começaram.



Racha à vista

O ex-senador **Orestes Quercia** (foto) foi encarregado por expressivas facções do PMDB a dar o recado ao presidente nacional do partido, Michel Temer: as negociações em torno da sucessão presidencial têm de consultar as bases, não podem se limitar às relações com o governo, mas também as que vão ser construídas no futuro. Mais ainda: os acordos não se restringirão à expectativa da vice-presidência para Temer.

Ou se mudam o roteiro e o nível das conversações, ou o partido correrá o risco de um racha.

Agilidade

O vice-presidente do Tribunal de Contas, Antônio Carlos Andrada, está lançando livro em que analisa os principais problemas políticos e institucionais da atualidade. Com passagem pelo Legislativo e Executivo, ele acha que o grande desafio do poder parlamentar é a falta de agilidade, o que, aliás, sobra no Executivo. Enquanto este é ágil, decide e faz com seus próprios recursos e vontades, o Legislativo tem de estudar, discutir, costurar e votar. Por sobre tudo, diz o conselheiro "é preciso repensar a maneira de fazer política".

Areia movediça

O Brasil entrou numa guerra diplomática, que, na melhor das hipóteses, nada renderá proveitoso para nossa política na América Central. Mas pode acabar perdendo prestígio. Em Honduras, caímos no centro de um conflito em que de um lado estão os que deram golpe e, do outro, Manuel Zelaya, que ia dar o golpe. O companheiro venezuelano Hugo Chávez quis tirar castanhas com mão de gato, e mandou o presidente Lula se queimar, abrindo as portas da embaixada aos exilados.

A situação é complicada e exige que o Brasil recorra a outros países, a começar pelos Estados Unidos. Vejamos com quantos "muy amigos" vamos contar nesse episódio.

Governo de MG esclarece efetivações

A respeito de matéria publicada na edição de ontem, o governo do Estado emitiu nota que segue:

"Esclarecemos que o projeto de lei 3.734/09 encaminhado pelo Executivo para tramitação na Assembleia Legislativa de Minas Gerais atende à orientação da Advocacia-Geral do Estado (AGE) e Auditoria-Geral do Estado, com objetivo de regularizar a situação jurídica de servidores públicos já estabilizados na administração pública pela Constituição Federal de 1988, não configurando em qualquer mudança na situação funcional dos mesmos ou acréscimo de quaisquer despesas na atual folha de pagamentos do Estado.

Informamos que:

1 – Todos os cerca de 4.000 servidores ativos do Departamento de Estradas e Rodagem de MG (DER) e Instituto de Previdência dos Servidores de MG (IPSEMG) ingressaram nos respectivos órgãos ainda sob vigência da Constituição de 1967, e tiveram a situação funcional já considerada como efetiva por atos normativos editados antes da Constituição de 1988. São eles: Decreto (22.665/1983) e Deliberação do IPSEMG no. 28/1986.

2 – Desde então, todos

são servidores regidos por iguais normas e regras aplicadas ao quadro geral de servidores efetivos da administração estadual, possuindo também iguais obrigações funcionais. Entre elas, o recolhimento de contribuição previdenciária junto ao Estado ao longo de todo esse período.

3- A iniciativa da AGE e da Auditoria-Geral busca apenas a regulamentação por legislação de procedimentos já aplicados há mais de 20 anos. A medida tem natureza estritamente jurídica, não significando a geração de quaisquer novas despesas para o Tesouro do Estado e nem para o sistema de previdência do Estado, uma vez que esses servidores não terão ganho salarial e já são contribuintes regulares do Instituto de Previdência estadual.

Consideramos, dessa forma, que não se aplica a denominação feita pelo jornal, uma vez que o projeto não altera a situação desses funcionários, estendendo a eles qualquer novo benefício, como a estabilização, ou adicionais salariais, tratando única e exclusivamente de uma regularização de natureza jurídica."

EXPEDIENTE

Organização Panorama de Comunicação - OPCom

Wilson Cid
Diretor geral

JF HOJE

Wilson Cid - Diretor de Jornalismo
Sílvia Carvalho - Editora
Beatriz Inhudes e Geraldo Muanis - Subeditores
Eduardo Antunes - Projeto Gráfico

Redação: Rua Ewbank da Câmara, 46, Mariano Procópio - CEP 36035-070
Fone: (32)3257-6800 Fax: (32)3257-6812 e-mail: cidade@jfhoje.com.br

Comercial

Gerente
Simone Tavares

Fones: (32) 3257-6840 / 3257-6832
comercial@jfhoje.com.br

Representantes

Belo Horizonte - MG - Local Comunicação
R. Taquari, 1001 - Vila Canadá - CEP 31130-370 - Fone: (31) 3425-3911

PubliSC Comunicação
Rua Bento de Andrade, 677 - J. Paulista - São Paulo-SP - CEP 04503-011
Fone/Fax: 11 2609 4221 - Cel: 11 8192 7659